

**FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO E SEU PROFESSOR:
ALGUMAS REFLEXÕES
PHILOSOPHY IN MIDDLE SCHOOL AND ITS TEACHER:
SOME REFLECTIONS**

Elisete M. Tomazetti *

Resumo

O ensino de Filosofia tornou-se novamente objeto de debates, estudos e polêmicas no campo educacional brasileiro, dando mostras de que, efetivamente, temos avançado muito pouco na demarcação de sua importância para a formação do jovem estudante do ensino médio. Apesar do consenso sobre sua importância nesse grau de ensino, continuamos a nos indagar sobre o que ensinar, como ensinar e por que o jovem aluno desprestigia esse saber juntamente, muitas vezes, com os professores de outras disciplinas. Também perguntamos sobre os problemas e desafios na formação inicial do professor de Filosofia, que podem ser resumidos na concepção de que a docência é menos importante do que a pesquisa.

Palavras-chave: ensino de Filosofia, ensino médio, professor de Filosofia.

Abstract

The teaching of Philosophy has again become an object of debating, studies and polemics in the brazilian field of education, giving samples that, efectively, we have advanced very little in the demarcation of its importance to the formation of the young student of the midlle grade. Despite of the consense over its importance in such degree of teaching, we continue to question ourselves over what to teach, how to teach and why the young adult despizes this knowledge, along with teachers of other discipkines, oftenly. We also question the problems and chalenges in the inicial formation of the Philosophy teacher, which can be resumed in the conception that the docency is less important than the research.

Key words: teaching of Philosophy, midlle grade, Philosophy teacher.

* Professora e Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação- Mestrado – CE/UFMS.

Notas introdutórias

A presença da disciplina Filosofia, no ensino médio brasileiro, dependeu sempre da maior ou menor simpatia de nossa elite intelectual por esse tipo de saber. Diferentemente de outras disciplinas, as quais nunca são problematizadas a respeito de sua presença ou não nos currículos oficiais, a Filosofia, quando “convidada” a integrar o currículo, carece de uma razoável carga horária. Entende-se como suficiente uma ou duas aulas semanais, durante um ano da escola média, para que o aluno se aproprie da tradição filosófica e/ou desenvolva a atitude de reflexão filosófica, como forma de tornar-se um cidadão crítico e engajado em seu tempo.

No ano de 2001, a discussão acerca da importância dessa disciplina, ao final da escola básica, voltou à cena, a partir da aprovação, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei n. 3178/97 que tornava obrigatórios os ensinamentos de Filosofia e de Sociologia, no ensino médio. No entanto, no momento decisivo, o projeto foi vetado pelo Presidente da República, sob a justificativa de que não teríamos professores de Filosofia suficientes para atender as demandas que se abririam.

No entanto, apesar da derrota, instaurou-se positivamente um processo de reflexão sobre o ensino de Filosofia, suas exigências, dificuldades, forma e conteúdo. E mais, dentro de um contexto nacional de discussões e de novas políticas para a formação de professores, passou-se a discutir a formação inicial do professor de Filosofia dentro de um curso que, mesmo sendo de licenciatura, muitas vezes enfatiza a formação para a pesquisa, em detrimento da preparação para a docência.

Filosofia e seu ensino:

O professor de Filosofia no ensino médio é “o parente pobre das matérias científicas, o crítico da pequena história política, o comentarista dos fatos diversos da cidade”, já afirmava João Cruz Costa, em 1959. Atualmente, o quadro em que se insere a Filosofia continua problemático; por isso, algumas perguntas são pertinentes: que prestígio tem essa disciplina diante de um alunado que busca no ensino médio o caminho para a aprovação no vestibular ou, mesmo para aqueles alunos que não poderão prestar vestibular, porque deverão ingressar no mercado de trabalho, como forma de sobrevivência? Qual o sentido da Filosofia, quando o mundo está mergulhado em questões de eficiência, de resolução de problemas concretos, de tecnologias avançadas capazes de produzir cada vez mais informação em menor tempo? O que pensa o professor de Filosofia sobre a importância do saber filosófico para seus alunos? Como ele se coloca diante dos colegas, seus “parentes ricos”, das outras disciplinas? Como despertar o interesse de seus alunos pelas grandes questões da Filosofia, pela tradição filosófica, de maneira a não tornar o espaço da aula de Filosofia apenas o espaço da socialização de opiniões, *achismos*, *sociologismos* e *psicologismos*? O que cabe efetivamente ensinar numa aula de Filosofia?

Afirmar-se que o objetivo do professor de Filosofia seja colocar os alunos em contato com os clássicos da Filosofia, com seus grandes temas, apoiados na História da Filosofia pode parecer uma ideia fora de lugar, desprovida de sentido nesses tempos de globalização, de novas tecnologias, de eficiência e competitividade. Seria retomar princípios de uma formação humanista/cultural da qual a escola tem lentamente se afastado. Ainda há que supor que a importância da tradição filosófica deva ser acompanhada da valorização e de um outro tratamento para as artes, a literatura e as ciências, que parecem ter sucumbido à imediatidade do real na escola básica.

Em 1955, Jean Maugüé, um dos professores da “missão francesa” que cons-

tituiu o Curso de Filosofia da USP, ao referir-se ao ensino de Filosofia, alertava para o que significava efetivamente ensinar Filosofia a partir de sua história. Para ele, a história não seria

uma recapitulação de doutrinas, uma espécie de lista de nomes ilustres aos quais se distribuiria, segundo uma justiça universitária, o elogio ou a censura. A história da Filosofia consiste na retomada do contacto, na comunhão com os grandes espíritos do passado. Platão, Santo Tomás de Aquino, Descartes, Espinosa ainda são vivos nos seus textos. Causa surpresa, e até indignação, observar como quase em toda a parte se ensina a Filosofia sem que se leiam os filósofos (1955, p. 645).

Contemporaneamente, a lição é enfatizada por GALLO & KOHAN (2000, p. 194) ao afirmarem que:

a experiência de pensamento filosófica traz em si a marca da necessária remissão à História da Filosofia. Não se pensa filosoficamente sem o recurso a uma história de mais de dois mil e quinhentos anos. Se a criação conceitual deve ser feita sobre o vivido, ela não pode deixar de lado as reflexões já produzidas sobre ele. Mas a remissão à História da Filosofia não pode significar um retorno ao mesmo: essa remissão deve ser essencialmente crítica e criativa, e é aqui que a Filosofia se faz multiplicidade. Retomar um conceito é problematizá-lo, recriá-lo, transformá-lo de acordo com nossas necessidades, torná-lo outro. O diálogo com a História da Filosofia é uma fonte de desvio, de pensar o novo, repensando o já dado e pensado.

Da mesma forma, Franklin Leopoldo da Silva destaca que a História da Filosofia pode ser compreendida, como centro ou como referencial. Tomar a História da Filosofia como centro “significa localizar os sistemas e autores na ordem histórica do seu desenvolvimento, visando a familiarizar os alunos com os problemas e as formas de encaminhamento das soluções” (1986, p. 156). Ocorreria, assim, um mergulho dos alunos, através da orientação cuidadosa do professor, na História da Filosofia, a partir do contato com as idéias dos grandes pensadores em suas respectivas obras. Entendida como referencial pelo professor de Filosofia em suas aulas, a História da Filosofia serviria para ilustrar temas que se deseja abordar, pois os “os temas são tratados independentemente dos sistemas ou autores levados em conta apenas na medida em que propiciam os indispensáveis referenciais para a discussão” (Ibid., p. 159).

Deve-se no entanto, evitar o uso enviesado desses dois enfoques. Tomada como centro, muitas vezes a História da Filosofia é apresentada aos alunos de forma linear e seqüencial. E, como o tempo que lhe é reservado na estrutura curricular é pequeno, o professor não avança além da Filosofia Antiga ou Medieval, por exemplo. Por isso, quando chegam ao ensino superior em alguma aula de Filosofia, os alunos indagados sobre o que pensam e/ou estudaram sobre Filosofia no ensino médio são unânimes em afirmar que estudaram Sócrates, Platão e Aristóteles, que a Filosofia é o estudo “daqueles homens” e/ou, também, é o estudo do SER. Constata-se, freqüentemente, que o ensino da Filosofia, produz nos alunos a imagem de uma grande “lista de homens ilustres”, com idéias consideradas sem sentido ou muito complexas para a sua compreensão.

Por outro lado, a História da Filosofia pode constituir-se no estudo de temas

como ética, política, epistemologia, por exemplo, sem a devida contextualização e referência histórica. Também, quando o professor delega aos alunos a competência para escolher temáticas a serem estudadas, como sexo, drogas, amor, profissão, pode ocorrer o desvirtuamento e a banalização da disciplina. Tratar filosoficamente determinados temas, articulando-os com questões filosóficas, pode ser muito difícil para um professor que não tome para si mesmo a Filosofia como um exercício de reflexão constante.

A Filosofia, por isso, não pode ser considerada apenas mais uma disciplina do currículo do ensino médio, cujo objetivo seria a introdução do aluno na sua história. Nesse sentido, para Franklin Leopoldo da Silva (1992), a Filosofia, no currículo do ensino médio, deve ter uma função de "articulação cultural". Para assumir essa função, a Filosofia não depende somente dela mesma, mas de mudanças no currículo da escola básica e, principalmente no seu ciclo final, no que se refere à forma como as disciplinas se relacionam e ao sentido dado aos conhecimentos. Embora o ensino médio esteja em processo de mudança, na tentativa de constituir-se uma nova identidade, mantém-se a predominância de um currículo voltado para o treinamento, entendido esse como "aquisição de determinadas habilidades, através do exercício repetido de procedimentos padronizados, tendendo para a automatização de mecanismo seqüencial" (SILVA, 1992, 159). E mais, esse currículo aponta como meta fundamental o "adestramento para o vestibular".

A superação desse modelo curricular remete à idéia de formação, enquanto

adequado entrelaçamento da aquisição de habilidades técnicas de elaboração e identificação, de um lado, e o reconhecimento da gênese e fundamento dos procedimentos aplicados (...) Objetiva-se com isso fazer com que a transmissão do conhecimento se aproxime o mais possível de uma reprodução da descoberta, do conhecer no sentido dinâmico (SILVA, 1992, p. 159).

O tratamento interdisciplinar das disciplinas possibilitaria ao aluno a experiência de dar sentido ao conhecimento, estabelecendo relações com sua vida e a sociedade. Com tais conhecimentos, seria constituída uma base cultural que permitiria ao aluno "relacionar os diferentes conteúdos, aproximando-se daquilo que seria em geral a experiência da cultura" (Ibid., p. 162). Assim, o desenvolvimento da disciplina Filosofia, enquanto um pensar e repensar da cultura, depende, em grande medida, das outras disciplinas, que formam a base cultural da escola. É sobre essa base cultural, como um sistema de referências, que se constitui a reflexão filosófica. Por isso, a presença e a tarefa da disciplina Filosofia no ensino médio depende propriamente de mudanças na forma como as ciências, as artes e a literatura (a cultura) são apresentadas e trabalhadas pelos professores.

Ao professor de Filosofia cabe escolher: ele pode centrar suas aulas sobre os conteúdos da tradição filosófica, transformados em problemas em seus contextos de construção. O contato com a tradição filosófica, no entanto, não se separa dos métodos e procedimentos a serem utilizados pelo professor, pois ensinar Filosofia é, também, ensinar a filosofar. A reflexão filosófica do aluno ocorrerá, se ele for "perguntado pelo texto", responder ao autor, for seu discípulo e depois seu crítico. (...) Essa didática especial (da Filosofia) parece subordinada à matéria: uma forma certamente que não se separa do conteúdo" (MORAES, mimeo, p. 3).

A segunda possibilidade de escolha do professor ocorreria a partir da ênfase

aos procedimentos gerais de pensamento, entendidos como princípios metodológicos da atividade intelectual – desenvolvimento das capacidades de análise e leitura; de técnicas de raciocínio e argumentação; de métodos de questionamento; problematização e expressão (FAVARETTO, 1993, p. 5).

Neste sentido o ensino de filosofia proporcionaria aos alunos o desenvolvimento de habilidades fundamentais para o exercício do filosofar, da reflexão, da crítica, da argumentação.

Muitas vezes entende-se que o desenvolvimento da capacidade crítica dos alunos se desenvolve a partir de discussões e polêmicas sobre questões variadas e atuais em sala de aula. O fato de algum aluno expressar uma opinião, um sentimento sobre determinado tema a seus colegas e professor pode, muitas vezes, significar para o professor que ele está exercitando seu pensamento crítico. No entanto, é importante salientar que a “crítica como processo reflexivo, não é um conhecimento expositivo, um saber positivo sobre o mundo e muito menos uma percepção: é uma interpretação, que exige perspectiva de análise, sistemas de referência e práticas discursivas adequadas” (Ibid., p. 3).

Curso de Filosofia: a formação para a docência

Já em 1958, o professor João Cruz Costa, em seu artigo ***A situação do ensino filosófico no Brasil***, lamentava a proliferação avassaladora das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras no Brasil e o seu fracasso na missão de formar professores. Afirmava que, “por melhores que possam ser os programas, por mais enfeitados que sejam, nada se fará se o professorado não possuir uma base sólida de preparo e consciência clara do seu trabalho” (Cruz Costa, 1959, p. 115).

As reflexões sobre a formação do professor de ensino médio, o professor de Filosofia, continuam ainda hoje sendo feitas. O que significa uma sólida formação desse professor? Como os cursos de licenciatura em Filosofia têm-se posicionado acerca das questões relativas ao ensino e à escola, uma vez que têm como tarefa formar professores para atuarem nas escolas? Qual o prestígio que o ofício de professor possui nesses cursos?

Uma rápida leitura do surgimento dos cursos de formação de professores, para atuar no nível secundário no Brasil, aponta o seu histórico desprestígio em relação à formação para a pesquisa, e a classificação de tais cursos como sendo de segunda categoria, no contexto geral das universidades. Diante dos demais cursos de nível superior, que formam profissionais liberais e pesquisadores, os cursos de licenciatura estão entre os que apresentam o menor número de candidatos por vaga no vestibular, com índices de aproveitamento inferior. Como afirma António Nóvoa (1998, p. 30), referindo-se aos preconceitos com relação à profissão de professor, para o ensino “iriam apenas os medíocres, os incompetentes e os falhados”. Tornar-se professor de Filosofia, ou de qualquer outra disciplina, acaba sendo entendido como um “prêmio de consolação”; a única profissão que poderia ter o aluno menos competente”.

Nossos cursos superiores de Filosofia, com honrosas exceções, não cultivam os espíritos com vocação de educador e desestimulam a dimensão educacional da Filosofia. Ao mesmo tempo, promovem uma divisão do trabalho, altamente prejudicial para a própria Filosofia: uma seria a natureza lógica da produção do saber filosófico, e outra seria a lógica da circulação do saber filosófico. Tal distinção impede a compreensão da lógica intrinsecamente educativa da Filosofia, que faz parte dela mes-

ma, através de toda sua história, nos seus textos, na sua prática (Gallo & Kohan, 2000, p. 181).

Estabelece-se uma hierarquia das profissões dentro do campo acadêmico: de um lado, os pesquisadores, de outro, os professores. Tal hierarquia é ratificada pelas políticas assumidas por muitas universidades brasileiras que, historicamente, deixaram sempre para segundo plano a questão da formação de professores. Em 1986, Luis Carlos de Menezes afirmava: “a Universidade tem aceitado formar professores como espécie de tarifa que ela paga para poder fazer ciência em paz. A Universidade tem que assumir a formação do professor como tarefa, como uma de suas tarefas centrais” (p. 120).

Ao serem indagados sobre sua ação docente, muitos professores de filosofia que atuam nas escolas de ensino médio de Santa Maria destacam a dificuldade dos cursos em prepará-los para a docência, e afirmam que se tornaram professores no dia-a-dia de seu trabalho, por tentativa e erro. A construção de seus saberes sobre a profissão é decorrência da necessidade de sobrevivência profissional, quando o professor deve dar provas de sua capacidade, e tais saberes se transformam muito cedo em certezas profissionais, em truques de ofício, em rotinas, em modelos de gestão da classe e de transmissão da matéria. Obviamente, a profissão compõe-se também de saberes profissionais adquiridos após a formação inicial, mas aceitar que a prática tenha seu momento apenas ao final do curso de graduação, no período do estágio supervisionado, quando o aluno então procura “aplicar” os conhecimentos adquiridos nos períodos anteriores de seu curso, significa manter um modelo de formação docente sustentado em uma racionalidade técnica.

Estaria o professor de Filosofia convicto de que o sentido da disciplina Filosofia no ensino médio seria o de “articuladora da formação cultural”? Talvez, marcado por algum tempo de prática docente permeada de desafios, de ansiedade, de dificuldades de auto-afirmação no espaço escolar, o professor efetivamente considere essa proposta, antecipadamente, um fracasso. Por isso, a decisão de trabalhar com temas isolados, mais atrativos aos alunos e ligados a questões do cotidiano, sem uma referência à tradição filosófica, dentro de uma *pedagogia da facilitação*, apresente-se como mais viável.

Mesmo sendo o estado do RS avançado no sentido de possuir a disciplina Filosofia na maioria das escolas de ensino médio, é preciso avançarmos, ainda, na construção de seu prestígio e sua valorização, através de um tratamento cuidadoso e rigoroso dos conteúdos na sala de aula. Isso cabe ao professor de Filosofia, profissional que recebeu uma formação específica, durante quatro anos, em curso de nível superior. No entanto, se essa formação inicial muitas vezes desconhece a realidade do ser professor de Filosofia, no contexto específico da escola, é preciso construir espaços de discussão e de estudo que possibilitem ao professor a continuidade de sua formação. A formação continuada deve ocorrer na própria escola onde o professor atua, mas também as universidades devem estar dispostas a estabelecer elos de ligação com as escolas, trazendo seus professores novamente para atividades, cursos, seminários que enfoquem suas dificuldades e alternativas de mudança. Também será preciso um repensar dos cursos de formação de professores de Filosofia, no sentido de procurar identificar e definir como o ofício de professor e a preparação para a docência são concebidos no currículo do curso, por seus professores e alunos.

Bibliografia

- COSTA, João Cruz. **A situação do ensino filosófico no Brasil**. IN: Panorama da História da Filosofia no Brasil. São Paulo: Cultrix, 1959.
- _____. **Panorama da História da Filosofia no Brasil**. São Paulo : Cultrix, 1959.
- FAVARETTO, Celso. **Sobre o ensino de Filosofia**. IN: REVISTA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO, USP. 19, Jan./Jun/ 1993. p. 97 – 102.
- GALLO, Silvio; KOHAN, Walter. Crítica de alguns lugares comuns ao se pensar a Filosofia no ensino médio. IN: KOHAN, Walter O. (org.) **Filosofia no Ensino Médio**. Rio de Janeiro : Vozes, 2000., Vol. VI.
- MAGÜÉ, Jean. **O ensino de Filosofia**: suas diretrizes. In: REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Rio de Janeiro. V.5, fasc. 4, n. 20. P.642-649, 1955. (Documentário Filosofia no Brasil).
- MENEZES, Luís Carlos de. Formar professores: tarefa da universidade. In: CATANI, Denice; MIRANDA, Hercília; MENEZES, Luís Carlos; FISCHMANN, Roseli (Orgs.). **Universidade, Escola e Formação de Professores**. São Paulo: Brasiliense, 1986
- MORAES, Amaury. **A importância da didática para (a formação de) o professor de Filosofia**. São Paulo, FEUSP, 2001, mimeo.
- NÓVOA, António. Relação Escola-Sociedade: novas respostas para um velho problema. In: SERBINO, Raquel V.; RIBEIRO, Ricardo; BARBOSA, Raquel; GEBRAN, Raimunda (Orgs.). **Formação de Professores**. São Paulo : Fundação Editora da UNESP, 1998 (Seminários e Debates). p. 19 - 39.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. História da Filosofia: Centro ou Referência? In: NIELSEN NETO, H. (org.). **O Ensino de Filosofia no 2. Grau**. São Paulo : SEAF/SOFIA, 1986.